

# Ibre propõe medidas

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

para Tancredo

SÁBADO — 9 DE MARÇO DE 1985

**Fim da correção monetária para contratos até seis meses ou idealmente um ano, revisão da carga fiscal e dos gastos do governo e renegociação da dívida externa para reduzir o peso dos encargos são algumas das principais medidas propostas pela revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na sua "Carta**

Segundo a publicação, as principais diretrizes de Tancredo Neves deverão ser: combate prioritário à inflação; retomada do desenvolvimento; melhoria da assistência básica à população (alimentos, educação, saúde, habitação etc.); estímulo a um capitalismo com risco, em oposição ao capitalismo sem risco dos empreendimentos estatais, ou mesmo privados quando sob a proteção do Estado; e estabelecimento de "um limite aos sacrifícios" impostos pelo serviço da dívida externa.

"Enunciados nesse nível de generalidades, tais objetivos contam com adesão quase unânime. Não é possível resolver, a um só tempo, todos os problemas acumulados durante várias décadas de crescimento acelerado. Como conciliar tais diretrizes no horizonte temporal e articular os instrumentos concretos de política econômica é, portanto, o desafio do próximo governo", diz a "Carta do Ibre".

Dessa forma, para a FGV, o aspecto prioritário é a redução da inflação: "No Brasil, abusamos da prudência no combate à inflação. É preciso, logo de saída, abandonar o excesso de prudência. Não existe inflação complacente porque nenhum sistema de proteção contra ela é perfeito. Qualquer sistema de compensação, via indexação da economia, encerra injustiças e falhas".

Destaca também a FGV a fonte de vazamentos monetários decorrente do volume de subsídios e transferências contidos no orçamento monetário por conta do Programa do Açúcar e do Alcool, da cobertura de déficits do Iapás, dos débitos denominados em moeda estrangeira das empresas estatais (avisos GB-588 e MF-30), das contas de trigo e petróleo e dos programas de preços mínimos e estoques reguladores. Em 1984, essas contas foram responsáveis por pressões expansionistas sobre a base monetária da ordem de Cr\$ 10,3 trilhões.

No âmbito do orçamento monetário, a FGV aponta como fator de

do Ibre". A manifestação é de um conselho de 12 economistas, entre os quais Octávio Gouvêia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, Julian Chacel e Paulo Rabelo de Castro. Essa "Carta do Ibre", que estará circulando na revista a partir da próxima segunda-feira, em 42 laudas, faz ampla análise da economia brasileira e propõe uma série de medidas para o presidente eleito Tancredo Neves.

vazamento contas especiais como a dos depósitos em moeda estrangeira no Banco Central (resolução 432 e circular 230). O Banco Central banca o risco cambial desses depósitos, que estão em Cr\$ 34 trilhões e 699 bilhões e superam em mais de duas vezes o saldo da base monetária. Para a FGV, não resta outra alternativa senão o fim do subsídio implícito e da livre movimentação de recursos financeiros para fora (como já ocorre) e para dentro do Banco Central, por meio da resolução 432 e circular 230. O bloqueio desse livre trânsito de recursos de origem externa facilitaria a maior flexibilidade da política cambial, bem como daria mais independência ao comportamento dos juros internos.

## Correção monetária

A "Carta do Ibre afirma que o ideal seria a supressão da correção monetária. Demonstra que a indexação plena baseada na variação do Índice Geral de Preços (IGP) do mês anterior é receita certa para prejudicar os esforços de estabilização e gerar recessão econômica". Entretanto, como a extinção imediata da correção numa situação de inflação instável e crescente seria medida inócua, pois os agentes econômicos estabeleceriam regras informais e voluntárias de correção em seus contratos, enquanto perdurar a atual propensão inflacionária caberia às autoridades implementar medidas que, embora não atingindo o objetivo ideal, representassem um aperfeiçoamento do atual sistema.

Essas medidas seriam:

A — Uniformização da correção dos diversos tipos de rendimentos — não há razão teórica para beneficiar este ou aquele segmento social através de índices distintos de correção;

B — Desatrelamento entre as correções cambial e monetária;

C — Desvinculação, pelo menos parcial, da correção monetária à inflação passada;

D — Desoficialização do uso da

correção monetária em reajustes de prazo curto: "Enquanto não se pode suprimir completamente a indexação, um grande passo nessa direção seria o não-acatamento legal de sua prática, em contratos e outros reajustes diversos, inclusive de salários, em prazos inferiores ao mínimo previsto em lei, que seria de seis meses para não mencionar idealmente o prazo de um ano. Com isso, retornaria o mercado de crédito a operar de novo em cruzeros, mediante taxas prefixadas e não mais na moeda inflacionária das ORTNs e congêneres. Idem para cobrança parcelada de impostos, contratos de aluguel de prazo curto, inclusive cadernetas de poupança (quando o saque fosse inferior ao prescrito como mínimo legal). A correção voltaria a ter sua função primitiva de corrigir o valor real dos contratos e situações patrimoniais entre períodos suficientemente dilatados no tempo".

## Dívida externa

Em relação à dívida externa, a "Carta do Ibre" afirma: "O ajustamento externo dos últimos dois anos exigiu uma contração violenta das importações, gerando recessão. A equação externa, pelo potencial de instabilidade embutido no atual esquema de taxas flexíveis de juros e o crescente protecionismo internacional, não dão segurança nenhuma aos países endividados. Urge, portanto, reduzir o peso da dívida externa, e o "limite de tolerância" mencionado pelo sr. Tancredo Neves certamente não se refere apenas às relações domésticas entre as classes sociais, mas também do Brasil com seus credores internacionais".

A "Carta do Ibre" pede uma negociação mais ativa com os credores externos no que se refere a *spreads*, prazos de carência e recursos oriundos de outras fontes oficiais. Afirma que a cobrança de ágio de risco (*spread*) ao Brasil "é estranha quando a nação brasileira vem mostrando sua preocupação em honrar seus compromissos internacionais. A eliminação dos *spreads* garantiria algo em torno de US\$ 2 bilhões anuais, que poderiam ser adicionados às reservas internacionais ou gastos em importações necessárias ao soerguimento da economia".

O reescalonamento do perfil de amortizações e o uso de empréstimos, a juros fixos em condições mais favoráveis de entidades como o Banco Mundial, ajudariam a aplainar os picos de saídas e entradas de recursos nos próximos anos, contribuindo, assim, para um melhor manejo da dívida existente."